

RESENHA

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. **Formação de professores e o projeto de emancipação humana**. Brasília: Editora IFB, 2025. Disponível em:

<https://editora.ifb.edu.br/editora/livros-editora-ifb/forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores-e-o-projeto-de-emancipa%C3%A7%C3%A3o-humana/>

Emmanuelle Rosa Rocha¹

Ana Hellen Veras Lisboa²

Jamilly Serra Soeiro³

Luiz Fernando Cruz Barbosa⁴

O livro *Formação de professores e o projeto de emancipação* da autora Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima aborda a formação de professores alinhada à emancipação humana por meio da perspectiva marxista. Bartoly é licenciada em educação física pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, mestre e doutora pela Universidade de Brasília e atualmente integra o corpo docente do Instituto Federal de Brasília. Sua atuação profissional inclui mais de uma década de participação em debates e estudos relacionados à temática da emancipação humana.

O primeiro capítulo intitulado “Trabalho docente e emancipação humana: o caminho das contradições”, como o próprio título sugere, expõe os antagonismos que permeiam o trabalho do professor. Não é possível haver emancipação humana em sociedade capitalista, contudo

^{1, 2, 3 e 4} Estudantes de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Brasília (IFB).

embora as contradições existentes na lógica do sistema possam aprisionar a humanidade, o desenvolvimento dessas ideias antagônicas contribuem para condições favoráveis de luta. Dessa forma o potencial revolucionário docente não necessita de elementos teoricamente emancipadores; mas, sim, de resgatar os aspectos ontológicos da profissão. O professor possui no seu âmago profissional uma perspectiva revolucionária, portanto o trabalho docente apresenta dimensão ontológica na promoção da humanidade a partir da própria existência humana. A promoção da humanidade ocorre por meio da apropriação da cultura. Esse conceito não é novo, foi abordado anteriormente por Vygotsky e Leontiev como central para o desenvolvimento humano. Para Paulo Freire, a apropriação deve ser plena, crítica e reflexiva. Todo produto social criado pelo ser humano pode ser chamado de cultura. Essa apropriação acontece por meio da ação de ensinar que requer uma mediação capaz de assimilar e transmitir conhecimento para outra pessoa. Todavia, apesar da existência intrínseca da perspectiva revolucionária no trabalho pedagógico, esse ideal se afastou da prática devido a lógica capitalista, que substituiu a promoção da humanidade pela empregabilidade. Tal busca pelo lucro surge não somente a favor da mais valia, mas também como forma de controle da sociedade.

Ainda no primeiro capítulo, a obra aborda a alienação presente no trabalho docente devido sua imersão na sociedade capitalista. Dessa forma, o valor do ofício não é avaliado pela lente da formação humanizadora, mas, sim, pelo crescimento capitalista. Por consequência desse e de outros fatores, os professores enquanto classe trabalhadora enfrentam ideias contrastantes como destaca a trecho:

Dessa forma, a partir da (i) configuração da atuação docente como trabalho, (ii) das características que o trabalho docente recebe no capitalismo, (iii) da inserção na dinâmica das determinações da venda da força de trabalho, (iv) do assalariamento e (v) do direcionamento de sua atuação para o crescimento de capital, abrangem-se os professores como classe trabalhadora – a classe que comporta as contradições entre trabalho e capital, humanização e desumanização, emancipação e alienação. (Lima, 2025, p. 50).

O profissional docente, como potencial emancipador da sociedade, apresenta riscos ao sistema capitalista operante. Dessa forma o capitalismo age na raiz da questão e retira do professor seu viés revolucionário resultando na alienação. A luta contra a desumanização e alienação não cabe somente ao docente, trata-se de uma luta coletiva que necessita do papel ativo da sociedade em prol da produção de humanidade na educação.

No segundo capítulo da obra, “A formação de professores sob a lógica do capital”, a autora destaca que a humanização necessária para a emancipação humana deve ser realizada na população em sua totalidade, todavia esse processo não é possível para todos. Com isso a formação docente enfrenta novamente um distanciamento do seu potencial emancipador que se agrava com os resquícios obsoletos de uma educação elitista, como observa a autora no trecho que diz:

De forma geral, pode-se compreender um percurso conceutivo de formação docente que carrega, ainda que paradoxalmente, o resquício colonial elitista da relação mestre-aprendiz; o foco da formação nos conteúdos a serem transmitidos, caracterizando uma concepção conteudista; a perspectiva escolanovista, que esvazia a função de transmissão dos conteúdos da formação docente; o tecnicismo, que traz uma concepção utilitária sobre a formação; e o neotecnicismo de caráter pós-moderno, que ressignifica um praticismo pedagógico. (Lima, 2025, p. 71-72).

O resquício da educação elitista torna a concepção de educação um privilégio da elite de maneira a frear o desenvolvimento humano e o potencial dos indivíduos.

O último capítulo “Por uma formação de professores emancipadora” apresenta três dimensões formativas alinhadas com a concepção emancipadora baseada na Base Comum Nacional (BCN) proposta pela ANFOPE. Dentro da dimensão profissional, primeira a ser abordada, a autora defende a autonomia do professor pois, a partir dela, poderá caminhar em direção à formação humana. Para que essa autonomia aconteça é necessário que o docente seja capaz de realizar a sua função como intelectual crítico de maneira a permitir que o profissional aproprie-se e produza conhecimento não restrito à pesquisa aplicada. Mais adiante, Bartoly argumenta em prol de uma formação de professores com foco inicial na formação docente com a possibilidade da escolha da área de conhecimento somente após o início da graduação. Essa abordagem mostra-se promissora, pois já é aplicada de maneira semelhante na Universidade de Brasília nos cursos de engenharia, em que os ingressantes compartilham as mesmas matérias e posteriormente escolhem a área de formação. De maneira análoga, buscando pensar no âmbito das licenciaturas do Instituto Federal de Brasília, de forma a analisar a execução na realidade dos autores, o potencial da ideia citada é enfraquecido devido à falta de estrutura compatível com a quantidade de discentes. Os diferentes currículos entre os cursos, não referente às áreas do conhecimento, mas, sim, às disciplinas pedagógicas que divergem entre as graduações, mostram-se como outro obstáculo relativo à implementação da proposta apontada. Com isso, conclui-se que uma formação docente focada inicialmente no ser professor necessita de investimentos públicos para a reforma ou construção de espaços que

englobem o número de estudantes e também a reformulação dos projetos pedagógicos de modo a universalizar as disciplinas voltadas para a educação.

A segunda dimensão, apresentada no último capítulo, é a epistemológica, a autora destaca o conceito de epistemologia da práxis como parâmetro da formação docente de maneira a unir a prática profissional com uma base teórica científica de forma a tentar reverter a divisão existente entre conteúdos a serem ensinados e conteúdos ditos pedagógicos. Caminhando em direção à superação da dicotomia existente entre a prática e a teoria, o governo federal brasileiro busca através de iniciativas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) aprimorar a formação de professores. Dessa forma, os licenciandos não apenas aplicam a teoria à prática; mas, principalmente, utilizam o alicerce conceitual como forma de reflexão acerca da realidade escolar. Por meio da práxis incentivada pelos programas citados, o professor em formação se torna agente ativo do processo de ensino-aprendizagem ao reflexionar o seu papel como redutores da desigualdade social e potenciais emancipadores. Contudo, diante da realidade capitalista existente, o incentivo proposto pelo governo brasileiro pode sofrer com impactos como a descontinuidade dos programas e a instabilidade orçamentária devido a falta da implementação deles como política de Estado e da sua dependência de editais e financiamentos que variam a cada gestão.

Por fim, a dimensão política defende, para a formação de professores, a participação de atividades políticas ligadas à educação acompanhada de discussões teóricas de forma que as questões escolares não se limitem somente ao ambiente da escola, pois a luta em prol de mudanças na estrutura de poder faz parte do trabalho docente. O campo

educacional, desde sempre, sofre com disputas envolvendo o desenvolvimento capitalista em detrimento do desenvolvimento humano, de modo que, no cenário atual, seja evidente a desumanização existente na educação. Essa desumanização, desencadeada a princípio nos docentes e a posteriori nos alunos, ocorre principalmente pela sobrecarga no trabalho, pela baixa remuneração e pela doutrinação eurocêntrica. O professor não possui tempo para a pesquisa científica. Tal fato inibe sua função como intelectual crítico. A baixa remuneração faz com que ele necessite de outra fonte de renda ou uma jornada de trabalho excessiva, o que ocasiona o esgotamento físico e mental. Assim, é necessário uma árdua e incessante disputa por mudanças a favor de melhorias profissionais. Todavia a busca por melhores condições não se limita somente aos docentes então formados, mas também àqueles que ainda estão no processo de formação. As condições atuais ainda não se mostram agradáveis visto que os valores atuais de bolsas voltadas para a capacitação do magistério ainda são baixos comparados ao tempo de dedicação necessária, além da volumosa burocracia durante a vigência dos programas. Ademais, a falta de garantias trabalhistas pela ausência de vínculo empregatício gera insegurança não somente para os licenciandos, mas também para os pesquisadores de mestrado e de doutorado. Isso evidencia a precarização do trabalho docente e da pesquisa brasileira, ambas ocupações essenciais para a emancipação humana.

Para além da luta por melhores condições para docentes formados e em formação, é preciso que os professores tenham consciência de que a realidade impede a emancipação plena dos discentes, contudo, ainda assim, é necessário se apropriar de propostas pedagógicas revolucionárias a fim de aplicar uma prática revolucionária. Ao utilizar

somente autores com o padrão homem, branco e europeu, o profissional educacional afirma a hegemonia existente na sociedade e naturaliza os ideais e valores pertencentes à classe dominante. Nessa luta, o professor deve instigar os alunos a promover reflexões sobre as condições sociais, políticas, econômicas e culturais nas quais eles estão inseridos.

O tema da obra publicada alude à tese de doutorado da autora, e ambos os textos conectam a emancipação humana e a formação docente. Desse modo, observa-se que a pesquisadora possui um longo estudo na área evidenciado pela clareza e fluidez das informações apresentadas. O livro estudado não possui como objetivo elaborar passos a serem colocados em prática para se obter uma formação docente alinhada ao projeto de emancipação como se veria em uma receita de bolo, a autora defende que só é possível realizar a emancipação humana numa sociedade que rompeu com o capitalismo, o que não é o caso da sociedade brasileira. Dada a não superficialidade do material, a obra se torna uma leitura indispensável para a formação de professores e para profissionais da educação que buscam o horizonte da emancipação humana.